A POLÍTICA DA ENCRUZILHADA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A POLÍTICA INTERNA DAS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO PROCESSO ELEITORAL RIOGRANDENSE.

*Daniel F. de Bem**

*Rafael Derois***

*Cintia Aguiar de Ávila****

Resumo: Este artigo propõe iniciar, a partir da campanha do pai-de-santo Toni de Exu Rei para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em 2006, algumas reflexões sobre uma *política local* das religiões afro-brasileiras que nos parece ser bastante estruturada na rivalidade e competitividade entre os seus adeptos. De forma que a lógica política subjacente a estas religiões sugere o não favorecimento à participação de pessoas advindas deste grupo como candidatos durante os processos de pleito para o executivo e o legislativo deste estado. Baseados no contexto histórico e político dessas religiões no Rio Grande do Sul e apoiados em uma abordagem interpretativa e etnográfica da campanha, do referido candidato, propomos que no RS este sistema religioso não se presta a fusões com a lógica político eleitoral presente.

Palavras-chave: Religiões afro-brasileiras – Política local – Redes - Rio Grande do Sul - Eleições 2006.

INTRODUÇÃO

Apresentaremos o contexto político em que se encontram as religiões afro-brasileiras no estado do Rio Grande do Sul, procurando situar num quadro mais amplo o indivíduo (Toni de Exu Rei) o *ator-rede* (Latour, 2002) pelo qual cruzam-se as agências que serão objeto desta análise, quais sejam, uma política própria às religiões afro-brasileiras no RS e o insucesso recorrente de candidaturas, a cargos eletivos, identificadas como de confissão afro-religiosa.

* Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

** Bacharelando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e bolsista voluntário do Núcleo de Estudos da Religião (NER).

*** Bacharelada e Licencianda em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC/CNPq.

Portanto, será a partir da análise da candidatura de Antônio Carlos Machado - mais conhecido como Pai Toni de Oxalá ou de Exu Rei, candidato pelo PTB, ao legislativo estadual nas eleições 2006 -, que procuraremos aprofundar a reflexão sobre as relações entre religião e política dentro do campo religioso afro-gaúcho atual¹.

O CONTEXTO

Nos últimos anos, membros das religiões afro-brasileiras, sobretudo pais-de-santo, presidentes de federações afro-religiosas e comunicadores vinculados a estas religiões, têm procurado inserção no meio político candidatando-se tanto para o legislativo municipal quanto para o estadual. Porém nenhum destes obteve êxito eleitoral, alcançando um número muito pequeno de votos nas eleições em que participaram. Dentre estes candidatos, podemos citar alguns exemplos:

Jorge Verardi², pai-de-santo e presidente da AFROBRAS, uma das mais importantes federações de cultos afro-brasileiros no país e que, também, tem atuação internacional; Danilo de Andrade³, o Danilo de Oxalá, pai-de-santo e ex-comunicador de rádio; Áureo Rodrigues⁴, pai-de-santo e comunicador de rádio e televisão, Vera Soares⁵, mãe-de-santo e militante do Movimento Negro, Angel de Oxum⁶, pai-de-santo, entre outros.

Segundo Oro (2001), apenas na década de 1960 os umbandistas obtiveram representação política na Assembléia Legislativa do Estado. Moab Caldas elegeu-se em 1960, pelo PTB de Leonel Brizola e João Goulart, sendo re-eleito em 1964 e 1968, quando foi cassado. Também no ano de 1960 foram eleitos três prefeitos e 20 vereadores no Rio Grande do Sul. Após este período não houve mais presença efetiva de membros das religiões afro-brasileiras em cargos eletivos no estado.

Ainda nesta direção, ao longo do desenvolvimento das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, e no Brasil, elas enfrentaram uma série de oposições à sua prática e visibilidade pública. Enumeramos algumas: perseguição policial durante o Estado Novo e o regime militar; estigmatização social; difamação por parte das igrejas neopentecostais; entre outras.

Um exemplo recente destes enfrentamentos, refere-se à aprovação na Assembléia Legislativa do RS do Código Estadual de Proteção aos Animais, no ano de 2003, o qual

¹ Dialogamos principalmente com o artigo Religiões Afro-Brasileiras: Rivalidade e fracasso Eleitoral, publicado no Debates do NER nº6 (2004), de autoria de Andréa Grazziani Otero, Cíntia Aguiar Ávila e Rosilene dos Santos Schoenfelder.

² Jorge Verardi concorreu a deputado estadual em 1990, a vereador em 2000 e 2004, sempre pelo PDT.

³ Danilo de Andrade tentou cadeira no legislativo estadual em 1990 e no municipal em 2000, pelo PTB.

⁴ Áureo Rodrigues, o Tio Áureo, como é conhecido, candidatou-se a vereador em 2000, pelo PDT.

⁵ Vera Soares candidatou-se à vereadora em 2004, pelo PT.

⁶ Angel de Oxum candidatou-se a vereador em 2004, pelo PSB.

poderia trazer prejuízos à prática do sacrifício de animais nestas religiões⁷. Temendo que o sacrifício realizado nos rituais afro-gaúchos (Batuque, Candomblé e Linha Cruzada/Quimbanda) pudesse ser inibido por essa lei, alguns religiosos se mobilizaram, juntamente com o deputado estadual Edson Portilho⁸, que apresentou um projeto de lei para estabelecer uma exceção ao artigo 2 do Código de Proteção aos Animais, permitindo o sacrifício nas religiões de matriz africana⁹. Em outubro de 2003 o Procurador-Geral de Justiça a pedido de entidades de proteção aos animais, protocolou no Tribunal de Justiça uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, requerendo a retirada do parágrafo de autoria do deputado Edson Portilho. O caso arrastou-se até o ano de 2005 quando os afro-religiosos tiveram suas práticas sacrificiais garantidas, desde que não sacrificassem animais em extinção e silvestres e que a prática sacrificial não ocorra com requintes de crueldade.

A intenção desta breve contextualização foi de anunciar alguns elementos existentes entre a esfera religiosa afro-brasileira e a sociedade mais ampla, remetendo a caracterização de parte do campo de atuação da *política local*¹⁰ (Barnes, 1987) destes religiosos. Percebe-se, neste contexto, a marginalização social destas religiões, difamadas por religiões concorrentes; às voltas com o legislativo para assegurar a manutenção do seu fundamento sacrificial etc.

Ademais, como supracitado, os candidatos ao legislativo identificados com as questões destas religiões não conseguem votos mínimos nem entre os seus adeptos. Assim, os fracos desempenhos de candidatos destas denominações religiosas ao longo dos anos; a anunciada dificuldade de união entre os pais-de-santo para reivindicações coletivas suas (no caso, o ocorrido quanto ao Código de Proteção aos Animais) e a notória disputa entre os terreiros e as federações, nos remetem a procura de respostas sobre o porquê desta conjuntura. Propomos que um determinado jogo político interno a este sistema religioso

⁷ Segundo Oro (2005), a prática do sacrifício de animais nos cultos afro, histórica e presentemente constitui um dos aspectos das religiões africanas, afro-americanas e afro-brasileiras, que mais se presta para estigmatizações, acusações e discriminações por parte de segmentos sociais e religiosos alheios a essas religiões.

⁸ Edson Portilho é professor de matemática da rede pública estadual, filiado ao PT, militante do CPERS/Sindicato dos professores estaduais e funcionários de escola do Rio Grande do Sul e do Movimento Negro Unificado (MNU). Foi vereador em sua cidade natal, Sapucaia do Sul e eleito deputado estadual por duas vezes, em 1998 e 2002, sendo que neste ano obteve mais de 37.000 votos. Nas eleições para o legislativo estadual de 2006 Edson Portilho não foi eleito.

⁹ Cf. ÁVILA, Cíntia Aguiar. Apanijé ("Nós matamos para comer"): Uma análise sobre o sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras. Monografia de conclusão em Ciências Sociais. UFRGS, Porto Alegre, 2006. Mimeo.

¹⁰ Por "política local" seguimos o pensamento de J.S. Barnes, quando diferencia uma *política nacional*, onde a atenção recai sobre o funcionamento de instituições sociais, de uma *política local*, que ocorrem em níveis mais baixos. Nos dizeres do autor: "Devemos, ao contrário, adotar a perspectiva de política que está implícita em expressões como política acadêmica, política do esporte, política da igreja, etc. É a partir desta perspectiva que devemos procurar, onde quer que possamos encontrá-los, aqueles processos através dos quais indivíduos e grupos tentam mobilizar apoio para seus vários objetivos e, nesse sentido, influenciar as atitudes e ações de seus seguidores" (p: 160).

dificulta as pretensões eleitorais de determinados fiéis destas que se candidatam para cargos governamentais eletivos.

EM BUSCA DE UMA NOÇÃO DE POLÍTICA LOCAL ÀS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS NO RIO GRANDE DO SUL.

Ainda que a religiosidade afro-brasileira tenha demonstrado, no que concerne a sua presença em instituições políticas governamentais, pouco sucesso ao longo do processo democrático no estado do Rio Grande do Sul, é certo que a dimensão política está presente nesta instituição religiosa. Outra política local às religiões afro-brasileiras, neste território do RS, que, na forma em que está arranjada, constrangeria as esperanças de eleição de candidatos afro-religiosos. Desenvolvamos o argumento.

Se, em um nível, já se passaram mais de quatro décadas desde da eleição de representantes *identificados* como afro-religiosos no RS, o que pode ser interpretado como um dissenso, dos membros dessas religiões, sobre uma possível representação parlamentar, em outro nível, percebemos que nas interações entre os pais-de-santo, tem-se desenrolado uma série de situações políticas intensas, mas que, acontecendo concomitantemente ao mau desempenho de candidatos afro-religiosos, podem ser mais um elemento que explique as causas deste fracasso.

No caso, estamos nos referindo às articulações, atuações e manifestações políticas que tem como um dos seus vetores de concretização a emergência de diversas federações de cultos afro-religiosos, que representam um certo grau de institucionalização e estabilidade política dentro deste sistema religioso.

Evidentemente existem outros níveis de prática política que realizam-se neste contexto religioso, todos estes teriam por grau zero de política, em uma esfera sociológica, as relações cotidianas entre os membros de um terreiro (Anjos, 1993) e, em uma esfera cosmológica, as relações do crente com as suas entidades. As próprias festas rituais são um espaço privilegiado para agenciamentos políticos dentro das religiões afro-brasileiras.

As federações são uma das principais instâncias de atuação política interna - e muitas vezes externa - à religião, já que regulam a abertura e funcionamento das inúmeras casas de religião. Isto porque uma casa de religião só pode funcionar através de alvará outorgado aos pais-de-santo vinculados a uma federação, o que legitima a capacidade de um pai-de-santo, perante os poderes públicos, como autêntico sacerdote das religiões afro-brasileiras.

Na prática, os quadros sociais destas federações são compostos por religiosos que, através de uma trajetória politizada na religião, constroem um *status* de liderança e são os mediadores autorizados a responderem, a qualquer interpretação pública, pelos federados.

Por fim, lembramos que da mesma forma que a religião afro-brasileira é caracterizada pela diversidade e autonomia das casas de religião entre si, o que coopera na geração de um *ethos* de rivalidade entre terreiros, tal fenômeno também ocorre entre as federações. Existem diversas federações em atuação, que em suas relações, longe de constituírem-se como uma estrutura unificada, são palco de disputas. Se o argumento comum é o trabalho em benefício da religião, os meios empregados para tal finalidade são, em geral, amplamente divergentes.

DE QUEM É TONI DE EXU REI E QUAL PAPEL DA AFROCONESUL¹¹

A partir deste ponto apresentaremos o *ator-rede* que tenta somar ao seu papel de liderança de uma federação afro-religiosa o papel de deputado estadual, representante dos afro-religiosos gaúchos. A análise interpretativa da trajetória religiosa e do processo de campanha do candidato Toni de Exu Rei¹² nos mostrará vários momentos em que a articulação dessas duas esferas de atuação política não se realiza de forma harmônica.

Toni de Exu Rei é pai-de-santo pela Nação Cabinda¹³. Há mais de quarenta anos iniciado na religião, Toni participou ativamente da criação do Conselho Federativo dos Cultos Afro-umbandistas do Conesul, a Afroconesul. Presidiu este durante os últimos doze anos, estando recentemente licenciado do cargo para participar da disputa eleitoral. Assim, a presidência da Afroconesul ficou a cargo de mãe Vera de Oxum/Pomba-Gira Rainha, também participante da fundação da entidade e esposa de Toni. Nesta federação cuja sede se encontra na própria casa de Toni, é de se destacar a sua estrutura privada, onde diversas funções são desempenhadas por pessoas próximas a Toni. Aqui apontamos para uma característica presente nesta federação, capaz de ser estendida a outras, que remete à política local destas instituições. Na operação destes processos políticos internos - onde surgem alianças, desafios, compromissos, “testes de força” e distribuição de recompensas -, percebemos que estes se realizam através da consolidação de uma rede social ampla que, tendo por base o quadro funcional da instituição, se desenvolve para além da religião. Todavia, destacamos que esta rede social que estrutura a federação é restrita aos membros cujas relações sociais são próximos, geralmente escalados a partir da posição social ocupada nas redes de parentesco, sejam sanguíneo ou religioso¹⁴.

Segundo o relato do Sr. Vladimir, que trabalha ativamente na Afroconesul, algumas foram às motivações para a fundação da entidade. Conforme o membro entrevistado, a Afroconesul foi fundada devido à necessidade de existência de uma federação que tivesse

¹¹ Devido a dificuldades surgidas ao longo do trabalho de campo, que coincidiu com o processo de campanha, não foi possível realizar entrevista gravada com o candidato Toni de Exu Rei. Os dados aqui expostos foram levantados a partir de depoimentos com o próprio candidato e outros participantes durante a participação em eventos e de entrevista não diretiva com o senhor Vladimir dos Santos, assessor político da campanha.

¹² Enfatizamos Exu Rei, ao invés Oxalá, devida a maior identificação com a Quimbanda/Linha Cruzada anunciada pelo candidato.

¹³ Reconhecemos que no Rio Grande do Sul a matriz africanista, especificada pelo culto aos Orixás, é denominada de Batuque. Interno ao batuque existe tradições diversas, chamadas de “nações”. Estas nações são: Cabinda, Oyó, Jêje, Ijexá. Eventualmente pode existir pais-de-santo que iniciam-se em uma dessas nações e posteriormente ingressam em outra, o que dá margem para a mistura de elementos rituais destas nações. Por exemplo, existe uma quantidade de terreiros que são do tipo Jêje/Ijexá.

¹⁴ Para uma discussão sobre a importância da noção de família sanguínea e de religião nos cultos afro-brasileiros, ver Brites (1994).

atuação internacional, tendo em vistas a progressiva expansão da religião afro-brasileira para outros países, em especial para a Argentina e o Uruguai (Oro, 1994). Contudo é sabida a existência de outras federações de atuação internacional, como é o caso da AFROBRAS. Neste caso, verificamos que a Afroconesul não é a única federação a possuir atuação e reconhecimento internacional.

Outro elemento destacado foi o da promoção de eventos realizados a partir do ano de 2000, pela Afroconesul, no intuito de prestigiar os membros mais destacados dos vários países nos quais esta federação atua, segundo critérios da própria Afroconesul. Estes eventos são momentos de forte integração entre os filiados através da valorização das suas trajetórias religiosas. Nas palavras de Vladimir os contemplados com as distinções, como por exemplo, os títulos “Príncipe Oyó Afroconesul”, “Mãe do Conesul” e “Imperatriz Afroconesul”, são aqueles pais e mães-de-santo que “são pessoas que valorizam a religião! Que lutam vinte e quatro horas pela religião!”.

É por via dessa trajetória religiosa que partimos para conceber quem é candidato Toni de Exu Rei e, conseqüentemente, buscar uma compreensão de quais são suas motivações, na medida que é por ela que se constrói a iniciativa da candidatura. É a partir de um discurso em nome do fortalecimento das expressões religiosas afro-brasileiras e de uma atuação política dentro do sistema religioso afro-umbandista, onde a Afroconesul desempenha papel fundamental, que surge este candidato que se autodenomina representante das religiões afro-brasileiras para o pleito de 2006.

DO PROCESSO DE CAMPANHA

A principal estrutura com a qual Toni contou ao longo desse período de campanha foi a própria Afroconesul. Além do engajamento de outras pessoas, em geral vinculadas à federação e da própria rede de parentesco na religião, destacamos o apoio especializado de dois assessores políticos, com qualificações específicas: a Mãe Dilse de Oxum - com importante papel nas articulações com o mundo da política, estimulando os diálogos com pessoas relacionadas a essa esfera, valendo-se para tanto de sua influencia pessoal, conquistada a partir de uma trajetória engajada às demandas da religião afro-brasileira - e Vladimir, também religioso, que há mais de dois anos trabalha junto com Toni e Vera na Afroconesul. A este segundo, coube o cargo de relações públicas, lidando com o atendimento a possíveis eleitores e na negociação e acompanhamento em visitas aos templos religiosos.

Segundo Vladimir, a estratégia central para a conquista de votos foi o “corpo-a-corpo”, bem como o envio de delegados nas casas às quais Toni não pôde visitar, devido a fatores como a distância ou compromissos outros durante a maratona de visitas. As visitas foram previamente agendadas por Vladimir, e geralmente aconteciam no início das sessões ou festas, mediante a combinação do protocolo com o pai ou mãe-de-santo responsável pelo terreiro. Em geral, consistiam de breves discursos que articulavam considerações sobre a necessidade de se ter um representante no parlamento identificado com os cultos afro-umbandistas. O interessante dessa estratégia é considerar que a maioria das casas de

religião visitadas é filiada a Afroconesul, portanto este candidato tinha como expectativa que as pessoas filiadas a sua federação formassem a sua base eleitoral¹⁵.

Além dessa estratégia do “corpo-a-corpo”, o uso da propaganda obrigatória no rádio e na televisão, a “dobradinha”¹⁶ com outro candidato e a promoção de dois eventos religiosos, denominados *curimbas* de exu, foram realizados ao longo da campanha. Mais adiante discutiremos questões pertinentes a estas três estratégias. Para tanto convém anunciar os principais pressupostos do discurso de Toni de Exu Rei.

Como pode ser verificada na fala de diversas pessoas que buscam assumir uma posição de liderança nas religiões afro-brasileiras, a base discursiva de Toni recai sobre a necessidade de defender o direito de livre exercício da prática religiosa. Este direito estaria sendo constantemente ameaçado pelo estigma de se ser adepto das religiões afro-brasileiras, e pela atuação de determinados grupos sociais, geralmente relacionados às igrejas neopentecostais. São duas as principais reclamações presentes no argumento do candidato Toni.

A primeira se refere ao uso indiscriminado do forte poder midiático destas igrejas, em especial a Igreja Universal do Reino de Deus. Através do uso de diversos canais de televisão em cadeia aberta, esta religião estaria denegrindo as religiões afro-brasileiras a partir de um ataque impiedoso. Observamos que nos discursos de Toni, e mesmo de seus partidários, existe o curioso levantamento que estamesma Igreja que denigre, se apropria de diversos elementos religiosos presentes no culto afro-umbandista. Seria o caso do banho de descarrego, que a IURD se apropria como Sessão do Descarrego¹⁷, os rituais referentes a Rosa Amarela, que na religião afro-brasileira é a referência a Rosa de Oxum, entre outros. Na campanha de Toni, percebemos um discurso de contra-ataque a estimular a união dos adeptos dos cultos afro-umbandistas.

A segunda denúncia, levantada em seus discursos, versa sobre os efeitos das iniciativas que vem sendo realizadas dentro das instituições políticas. Projetos de leis, quase sempre propostos por políticos religiosos de igrejas evangélicas, teriam como objetivo prejudicar o culto às religiões afro-brasileiras. Assim foi quanto o projeto de lei que se refere à matança de animais, já discutido no início desse trabalho, assim estaria sendo com outro projeto, que prevê a limitação dos toques dos tambores até as 20 horas. Como anuncia Vladimir, a aprovação dessa lei seria um retrocesso nos direitos de prática religiosa, lembrando que antigamente havia todo um aparato legal do Estado para o controle dos cultos afro-brasileiros.

¹⁵ Segundo o relato de Vladimir, a Afroconesul conta com aproximadamente dez mil associados, dos quais a maioria está no Rio Grande do Sul. A equipe de campanha confiando na capacidade da conversão da liderança religiosa de Toni de Exu Rei, como dirigente da Afroconesul, em capital político estimara a obtenção de pelo menos 25 mil votos, número capaz de garantir a suplência pelo PTB. Esse cálculo se deu a partir da idéia de que em cada terreiro os pais-de-santo conquistariam mais votos para o candidato entre seus filhos-de-santo e clientela.

¹⁶ “Dobradinha” é como o informante se referiu a estratégia de dividir um mesmo panfleto com outro candidato, este a deputado federal. A intenção visou à diminuição dos custos e, principalmente, o estímulo a conquista do voto.

¹⁷ Para mais informações sobre o uso de elementos rituais afro-religiosos dentro dos cultos neopentecostais, principalmente no ritual da Sessão do Descarrego, sugerimos a leitura dos artigos publicados no sétimo número da revista Debates do NER. Oro, Ari Pedro (organizador). Debates do NER, Porto Alegre, ano 6, n.7 junho de 2005.

Esta tônica baseia o principal eixo argumentativo de Toni. Assim sua proposta de candidatura é feita a partir da necessidade que este percebe, de que uma expressão religiosa historicamente discriminada, deveria ter um representante, em instâncias políticas, qualificado, a partir de uma longa trajetória de lutas, a atender as demandas de seus adeptos. Como anunciado por Toni em discurso durante um evento, não é o caso de promover uma “guerra religiosa”, mas, isto sim, defender os direitos dos afro-umbandistas.

Convém mencionar, nesse momento, a manifestação negativa expressa por Toni de Exu Rei e sua equipe, quanto ao partido. A reclamação se efetiva segundo a percepção da pouca valorização que o PTB destinou a campanha de Toni. Além disso, também se lamentaram de uma determinada censura imposta pelo partido quanto à aparição no programa eleitoral gratuito. Segundo Vladimir, a intenção seria aparecer no rádio e televisão contra-atacando as iniciativas presentes nas Igrejas Evangélicas, anunciando em cadeia aberta a frase: “Eles da Igreja Eletrônica, quem pensam que são para nós chamarem de Pais de Encosto?”. Ao invés disso, o candidato se viu limitado a dizer somente: “Povo afro-umbandista, vamos nos unir. Vote em Pai Toni de Oxalá”.

Vladimir informa que estas aparições tiveram um custo para campanha, na medida que muitos adeptos foram informados que Toni de Exu Rei apareceria na propaganda “desafiando” as Igrejas Evangélicas, e se decepcionaram com a mudança de discurso. Diversas teriam sido as ligações telefônicas, recebidas por Vladimir, reclamando disso. Além desta censura o partido também teria desfavorecido Toni, permitindo apenas aparições no programa do horário da tarde e em menor vezes que outros candidatos.

Se por um lado o partido apresentou este posicionamento frente a esta candidatura, por outro destacamos a relação que Toni teve com o candidato a deputado federal Eliseu Padilha, do PMDB. Nas duas *curimbas* que acompanhamos ao longo do processo de candidatura, o candidato Eliseu Padilha esteve presente, somando forças junto a Toni. De forma básica, os discursos de Padilha estavam calcados na necessidade de que os direitos à diversidade cultural, e, também, religiosa, devem sempre ser defendidos, para em seguida acrescentar o seu apoio às demandas dos adeptos das religiões afro-brasileiras. Percebemos aqui uma estratégia presente em diversos candidatos durante o *tempo da política* (Palmeira, 2002), qual seja, a aproximação de um político laico junto a um grupo onde a identidade religiosa é elemento central, num claro movimento de ampliação da base eleitoral através de um discurso inclusivo.

Neste sentido vale a pena, mais uma vez, voltarmos para o candidato Toni de Exu Rei, e discutir como a sua identidade religiosa foi acionada ao longo da campanha. De maneira estratégica, o candidato se apresentou através de três denominações.

A primeira denominação foi como Toni de Exu Rei. Conforme nos foi relatado, esta identificação teve como objetivo atingir o eleitorado adepto da quimbanda. Inclusive, em diversos momentos, como em discursos e material impresso, é usado o termo *Exubanda*, numa valorização ao culto do *Povo de Exu*, a linha afro-religiosa que tem apresentado o maior crescimento ao longo das últimas décadas.

A segunda denominação usada foi como Pai Toni de Oxalá. Esta identificação foi acionada para rematar a confiança e os votos do “povo africanista”¹⁸ e também porque

¹⁸ “Povo Africanista” é o termo nativo pelo qual os informantes se referiram aos adeptos que dão mais ênfase ao batuque e, portanto, à vertente que cultua os orixás.

durante as aparições nas propagandas de TV e Rádio, a exposição da identificação com a quimbanda poderia ser negativa, já que fora das religiões afro-brasileiras é comum a associação da entidade exu com o diabo ou outras manifestações do mal.

A terceira, a não identificação religiosa, apenas o nome Toni, foi utilizada durante as “dobradinhas” com o candidato Eliseu Padilha. Acrescentamos que nestes materiais de divulgação o conteúdo também se faz diferente, não estando centralizada a defesa da religião afro-umbandista. O argumento básico é a apresentação de Toni como alguém que luta pelos seus ideais, assim como pela justiça, segurança e pelas camadas desfavorecidas da sociedade. Nestes materiais, onde no mesmo panfleto aparece Toni e Eliseu Padilha, existe um deslocamento do público alvo. Se nos materiais onde a identificação religiosa é presente encontramos um discurso destinado aos adeptos religiosos, nestes últimos temos um alvo mais amplo. Porém, como explicitado em entrevista, a principal intenção de Toni, se fosse eleito, seria o desempenho de uma atuação política direcionada para a religião afro-umbandista, denotando com precisão a manutenção de seu vínculo religioso.

Durante a campanha, o maior desafio que os assessores de Toni perceberam foi o de superar o histórico de fracassos eleitorais de candidatos representantes afro-brasileiros, assumido, nas explicações nativas, como oriundo da desunião interna à própria religião. Como relatado por Vladimir: “batuqueiro não vota em batuqueiro”.

Devido esta percepção, da desunião entre os religiosos, um dos principais projetos de Toni, caso fosse eleito, dizia respeito à criação do Conselho de Ordem Ética Religiosa. Este conselho seria composto de 66 representantes selecionados nas diversas vertentes das religiosidades afro-brasileiras presente no Rio Grande do Sul. A intenção seria delimitar os preceitos básicos da prática religiosa, o que cooperaria para a unificação e conseqüente fortalecimento da religião, tendo em vista que a autonomia entre as casas, seguindo este argumento, acarreta uma diferenciação nas maneiras com se executam os rituais, o que dá margem a mais divergências e a rivalidades. Essas divergências e rivalidades seriam como que características definidoras das relações entre os religiosos e sendo evitadas possibilitariam um fortalecimento da religião. A idéia de unificação, dessa forma, ancora-se numa perspectiva de verticalização e hierarquização da estrutura da religião, tal como é percebida atualmente.

De fato, o fenômeno religioso é caracterizado pelo dinamismo. A manutenção de uma religião está em relação com a sua plasticidade frente às mudanças estruturais da sociedade. Todavia percebemos que estas mudanças acontecem no interior da religião. Nesse sentido apontamos que uma transformação estrutural como proposta pelo projeto de Toni de Exu Rei se torna inviável, quando percebido que não será através de um decreto advindo do sistema político que toda uma tradição religiosa será alterada.

Portanto, a atuação das federações, de certa maneira, pode ser aprendida desta forma: uma maneira pela qual um grupo dirigente busca unificar a prática religiosa. Entretanto, tal como acontece nas relações entre os terreiros, verificamos a emergência de diversas federações dotadas de ampla autonomia. Se cada pai ou mãe-de-santo tem liberdade para gerir o seu terreiro apenas como convém aos seus guias, também, tem ao seu dispor a opção de aderir àquela federação que melhor corresponde aos seus interesses e ao seu grupo de afinidades.

Assim abordaremos a próxima estratégia utilizada na campanha de Toni, que se refere à promoção da 1ª e 2ª Curimba de Exu do Rio Grande do Sul. Estes dois eventos

equacionam, num mesmo tempo, os campos simbólicos da política e da religião, e é momento oportuno para percebermos a política local existente na religião afro-umbandista, para além do *tempo da política*.

DA 1ª E 2ª CURIMBAS DE EXU

As Curimbas, como aqui serão trabalhadas, são festas rituais nas quais se encontram vários terreiros para juntos reverenciarem as entidades através do canto, da dança e do transe possessivo. Estes eventos são muito importantes dentro da *linha cruzada*¹⁹, pois são festas públicas, com um aporte considerável de pessoas, geralmente organizadas em um clube.

A 1ª Curimba de Exu, por exemplo, contou com a participação de mais de duas mil pessoas, muitas dessas vindas nos 16 ônibus fretados por Toni, se caracterizou pelo alto investimento na produção, e em seu ponto alto teve mais de uma centena de exus, pombagiras e ciganos incorporados no pavilhão de eventos do Centro Comunitário Vida, localizado na Zona Norte de Porto Alegre.

A 2ª Curimba de Exu, realizada no salão de eventos do Clube Farrapos, em Porto Alegre, por outro lado teve uma participação de público muito inferior. Sem o fretamento de ônibus, por parte de Toni e com um menor investimento na promoção do evento, aproximadamente 100 pessoas prestigiaram a ocasião. Salvo diferenças no que concerne às dimensões desses eventos, a programação de ambos foi a mesma: (1) os convidados chegam e se acomodam; (2) inicia-se os discursos das principais lideranças religiosas, relacionadas com a Afroconesul; (3) calorosa recepção a Toni de Exu Rei, acompanhado do candidato a deputado estadual Eliseu Padilha; (4) discurso de Toni e, em seguida, de Eliseu Padilha; e, finalmente, (5) início da gira, a partir da incorporação dos líderes de cada terreiro que, posteriormente, conduzem seus respectivos filhos-de-santo para receberem suas entidades.

Nestes rituais se materializam uma série de trocas políticas entre os afro-religiosos que podem ser assim resumidas: (a) Uma federação chama esta festa, que é realizada não em um determinado terreiro de um dado pai-de-santo, mas em um lugar público, neutro e reconhecido como prestigioso dentro da sociedade civil; (b) vários pais e mães-de-santo, membros da federação, participam da festa ratificando seu pertencimento a este grupo e suas afinidades religiosas, afetivas e políticas, sendo que estas estão constantemente permeadas do parentesco ritual; (c) neste momento uma série de elementos éticos, estéticos e de conhecimento sobre os fundamentos (do ritual da quimbanda, no caso) estão sendo agenciados pelos vários atores envolvidos neste ato, que buscam estabelecer, corroborar e renovar o seu *status* perante o grupo. É durante estas curimbas que determinado pai-de-santo mostra como é bonita a roupa do seu exu (sinal de riqueza material); como é forte a sua incorporação e dança (sinal de espiritualidade elevada); como é grande e bem sucedida a sua casa (pelo número de filhos-de-santo presentes na festa).

¹⁹ Vertente das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul na qual se realizam rituais de batuque, umbanda e quimbanda.

Também, dentro deste jogo político, a identidade e a auto-estima dos membros vinculados aos diversos terreiros se expressa a partir de uma série de insultos jocosos que se fazem, durante a festa, aos membros das outras casas, ou por não terem boas bebidas para as suas entidades, ou não dançarem bem ou por serem poucos. Dentro desta dinâmica de rivalidade pode até mesmo acontecer o deslocamento de determinados membros de um terreiro para outro, a partir de uma atração exercida pelo contraste entre o seu terreiro e os outros.

Assim uma curimba pode ser entendida como um evento paradigmático para se entender a construção da identidade e da política afro-religiosa que não se expressam por um projeto de unidade homogênea, na qual todas as partes são iguais, mas por uma unidade polifônica composta por vários grupos que se por um lado estão unidos por uma mesma matriz de crença por outro, experienciam essa matriz de crença de formas bastante diversas e, muitas vezes opositivas, mesmo se estes se encontrem federados em uma mesma instituição, como a Afroconesul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A estratégia de Toni de Exu Rei, de usar as curimbas como momento de solidificação da sua liderança religiosa e a partir disso converter esse capital simbólico em capital político, se mostra falha posto que a própria curimba já materializa um evento político local da quimbanda, não se prestando a fusões com a política institucional, pelas próprias especificidades daquela.

Assim, enquanto Toni de Exu Rei propõe um evento no intuito de estimular a união de vários religiosos em torno de uma proposta de homogeneização da prática religiosa, este mesmo evento, acionado por ele, é o *locus* de agenciamento dessa política local afro-religiosa, instituída a partir de jogos de oposição, que valorizam a diferenciação e a competitividade entre os terreiros.

Juntamente o projeto central deste candidato, qual seja, o da criação do Conselho de Ordem Ética Religiosa que deveria propiciar a regulamentação das práticas afro-religiosas no estado, também se mostra muito distanciado da realidade desses cultos e das suas posições simbólicas, que determinam que um sacerdote depois de pronto só deve satisfações sobre a sua conduta ritual (e nisto se incluem inovações ou supressões de elementos do culto) as entidades que o guiam.

Portanto, a questão do fracasso eleitoral costumeiro dos candidatos afro-religiosos no estado do RS, não se explica, pelo ponto de vista religioso, apenas pela desunião dos seus adeptos, mas também por uma lógica política inerente desta religião que se revela nas múltiplas rivalidades existentes dentro desta em vários níveis: entre irmãos-de-santo disputando a atenção do pai ou mãe-de-santo; entre os terreiros por clientela ou por prestígio, e entre as próprias federações pelo *status* de representar a religião frente sociedade civil, as instituições públicas e o projeto de legislar sobre o futuro da religião.

Neste sentido, salientamos a necessidade de se refletir para além das considerações tradicionais das relações entre os campos religioso e político, como esferas separadas que se inter-relacionam. Pois, a partir da experiência etnográfica que possibilitou este trabalho, per-

cebemos uma dimensão política intrínseca as religiões afro-brasileiras, que em certa medida pode ser responsável por um constrangimento da ação política institucionalizada. Na mesma forma, sugere-se aprofundar essas reflexões no que se refere às relações entre as federações religiosas e sobre a importância dessa política local sobre o voto dos afro-religiosos.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, José Carlos Gomes dos. *O território da linha cruzada : rua Mirim versus avenida Nilo Peçanha*. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS, 255p. Porto Alegre, 1993. Mimeo.
- ÁVILA, Cíntia Aguiar. *Apanijé ("Nós matamos para comer") : Uma análise sobre o sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras*. Monografia de conclusão em Ciências Sociais. UFRGS, 75 p. Porto Alegre, 2006. Mimeo.
- BARNES, John A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.), *Antropologia das Sociedades Contemporâneas: Métodos*, p.159-94. São Paulo: Editora Global, 1987.
- BRITES, Jurema. Tudo em Família: Religião e Parentesco na Umbanda Gaúcha. IN: ORO Ari Pedro (Organizador). *As Religiões Afro-Brasileira do Rio Grande do Sul*, p.74-88. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- LATOUR, Bruno. *Reflexão sobre o culto moderno dos deuses fe(i)tiches*. Bauru, SP: EDUSC, 106 p., 2002.
- ORO, Ari Pedro. Difusão das Religiões Afro-Brasileiras do Rio Grande do Sul para os Países do Prata. IN: ORO Ari Pedro (Organizador). *As Religiões Afro-Brasileira do Rio Grande do Sul*, p.47-73. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- _____. *Religião e Eleições 2000 em Porto Alegre*. Debates do NER – Ano 2 – N. 3. Publicação do Núcleo de Estudos da Religião no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2001.
- _____. Apresentação. In: ORO, Ari Pedro (org.). *Religião e Política: Eleições 2004 em Porto Alegre*. Debates do NER – Ano 5 – N. 6. Publicação do Núcleo de Estudos da Religião no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2004.
- _____. (org.). *Debates do NER: Sessão do Descarrego*, Porto Alegre, ano 6, n.7, JUNHO 2005.
- OTERO, Andréa Grazziani; ÁVILA, Cíntia Aguiar de; SCHOEFELDER, Rosilene dos Santos. Religiões Afro-Brasileiras: Rivalidade e Fracasso Eleitoral. *Religião e Política: Eleições 2004 em Porto Alegre*. Debates do NER – Ano 5 – N. 6. Publicação do Núcleo de Estudos da Religião no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, 2004.
- PALMEIRA, Moacir. Política e tempo: nota exploratória. In PEIRANO, Mariza (Org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 171-177.